

UMA ANÁLISE DE INDICADORES: UMA CARACTERIZAÇÃO E MAPEAMENTO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Vinicius Pacheco de Almeida¹
Édivo de Almeida Oliveira²

RESUMO

O estado do Rio Grande do Sul tem 496 municípios. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) permite comparar municípios brasileiros entre si, e compreende indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Para a análise enfatizou-se o índice de vulnerabilidade à pobreza, e o Índice de Gini para observar a desigualdade dos indivíduos, ampliando a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltadas ao desenvolvimento municipal. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo estudar, mapear e comparar esses índices para os anos 2000 e 2010.

Palavras-chave: IDH, IDHM, renda *per capita* domiciliar, Gini, vulnerabilidade.

Área 3: Economia Regional e Urbana

ABSTRACT

There are 496 cities in the state of Rio Grande do Sul. The Municipal Human Development Index (MHDI) allows to compare Brazilian cities between them, and comprehends indexes from three dimensions of the human development: longevity, education and income. For the analysis we emphasized the poverty vulnerability index, and the GINI index to observe the inequality of the individuals, broadening the comprehension of the phenomena and dynamics aimed at municipal development. In this way, the objective of the present work was to study, map and compare these indexes for the years of 2000 and 2010.

Keywords: HDI, MHDI, household per capita income, Gini, vulnerability.

JEL: R11

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento/Universidade Federal de Santa Maria (PPGE&DUFSM/UFSM);

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento/Universidade Federal de Santa Maria (PPGE&DUFSM/UFSM);

1. INTRODUÇÃO

O índice de desenvolvimento humano (IDH), criado pelas Nações Unidas, tem como objetivo avaliar a qualidade de vida nos países. O IDH inclui em seu cálculo as variáveis saúde, educação e renda *per capita*, no qual varia entre zero e um. A partir dessa variação é possível classificar os países em três grupos: os de baixo desenvolvimento (IDH menor do que 0,5); os de médio desenvolvimento (IDH entre 0,5 e 0,8); e os de alto desenvolvimento (IDH maior do que 0,8) (PAULANI; BRAGA, 2007 *apud* GONÇALVES, 2015).

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano, a métrica dos subíndices do IDH é construída partir de:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é mensurada pela expectativa de vida;
- O acesso à educação é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebida durante a vida por pessoa a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber, se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- E a renda é mensurada pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em poder de paridade de compra constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

Este trabalho tem o objetivo de analisar a evolução dos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios (IDH) do estado do Rio Grande do Sul. A presente análise é feita através da comparação da evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes (educação, renda e longevidade). E também, para uma melhor caracterização socioeconômica do estado será analisado o Índice de Gini e de vulnerabilidade de pobreza para os anos 2000 e 2010, com as informações sendo retiradas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A partir dos indicadores já analisados será realizado o mapeamento dos municípios graduado em cinco níveis. E também, foram ranqueados os dez melhores e os dez piores municípios para o estado, com vistas a formar uma caracterização dos municípios, e comparar a evolução pós uma década.

O presente trabalho está composto, desta introdução juntamente com cinco seções. Na Seção 1 será feita uma revisão bibliográfica dos índices: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus subíndices, Índice de Gini e de vulnerabilidade de pobreza. A Seção 2, dedica-se à metodologia. Na Seção 3 será analisado e mapeado os indicadores para os municípios do Rio Grande do Sul. Por fim, na Seção 4 serão apresentadas as considerações finais.

2. INDICADORES: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE MUNICÍPIOS

O índice de Desenvolvimento Humano de Municípios (IDH-M) mede o desenvolvimento humano a nível municipal. Segundo o PNUD, o indicador pode ser consultado nas edições do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, e com ele é possível captar as informações socioeconômicas sobre todos os municípios do país e Distrito Federal.

No Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) três subíndices são utilizados para mensurar o índice de desenvolvimento humano dos municípios, e as três dimensões são: educação, longevidade e renda.

O IDH-M de cada município é a média aritmética dos subíndices, que varia num valor entre 0,0 e 1,0. Quanto mais próximo da unidade, melhor as condições de desenvolvimento humano, e quanto mais distante da unidade piores serão os níveis. A classificação do IDH-M considera como baixo desenvolvimento humano o intervalo entre 0,0 e 0,5; como médio desenvolvimento humano o intervalo entre 0,5 e 0,8; e alto desenvolvimento humano o intervalo entre 0,8 e 1,0 (PNUD, 2005).

2.1 EDUCAÇÃO

O índice de desenvolvimento humano municipal para educação (IDHM-E) utiliza como medidas de educação a taxa de analfabetismo, que considera pessoas com 15 anos de idade ou mais, que não sabem ler ou escrever.

Segundo Schwartzman (2006) a educação tem que ser prioridade para os formadores de políticas públicas, pois pelas teorias de capital humano os investimentos em educação podem agregar habilidades aos indivíduos, tornando-os mais produtivos; o que em larga escala pode influenciar positivamente no desenvolvimento nacional. E a privação da educação é uma das formas mais iníquias de privação social, pois as

desigualdades educacionais são um dos principais fatores das desigualdades de renda, oportunidade e condições de vida, geradoras de pobreza.

O cálculo do IDH-M considera dois indicadores, com pesos diferentes: i) a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade, com peso 2; ii) e a taxa bruta de frequência à escola, com peso 1. O primeiro indicador é o resultado da razão entre o número de pessoas com mais de 15 anos capazes de ler e escrever um bilhete simples, ou seja, o número de adultos alfabetizados e o número de pessoas com mais de 15 anos residentes no município. O segundo indicador é obtido através da razão entre o número de pessoas que estão frequentando à escola, independentemente da idade, e a população do município na faixa etária de 7 a 22 anos de idade (PNUD, 2005).

2.2 SAÚDE

O subíndice IDHM – longevidade serve como uma medida para avaliar o nível de saúde dos indivíduos. Esse índice refere-se à saúde, logo, avalia a esperança de vida ao nascer e a mortalidade infantil de todos os municípios. A esperança de vida ao nascer sintetiza as condições sociais, de saúde e de salubridade de uma população ao considerar as taxas de mortalidade em suas diferentes faixas etárias, e levando em consideração todas as causas de morte, tanto doenças quanto causas externas, tais como violência e acidentes (ATLAS, 2013).

A principal limitação para o uso deste indicador decorre do fato de não serem conhecidos os padrões de mortalidade dos recortes espaciais, ou seja, apontam que as disparidades apontadas pelas tabelas de sobrevivência em termos estaduais devem ocorrer dentro de cada estado, uma vez que as desigualdades inter-regionais existentes no país se reproduzem também no nível estadual, não demonstrando com clareza os reais fatores de mortalidade de cada região, em que pese não deixe de ser um indicador capaz de formalizar a noção de longevidade dos indivíduos (ATLAS, 2013).

2.3 RENDA *PER CAPITA* DOMICILIAR

O índice de renda per capita (RDPC) é a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos, com valores tomando como referência àqueles referentes ao dia 01/08/2010 (PNUD, 2005). Este índice será utilizado para averiguar se a renda tem forte influência nas restrições que são apontadas pelos subíndices do IDHM. E para averiguar como evoluiu ao longo da década a renda no Rio Grande do Sul.

2.4 ÍNDICE DE GINI

O Índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, o índice mensura o grau de concentração de renda, ou seja, define a diferença de renda entre os mais pobres e dos mais ricos. Mede-se através da variação de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, de modo que todos apresentariam a mesma renda. Quando o valor é a unidade, somente uma única pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos (PNUD, 2005).

O perfil de distribuição da renda constitui variável de enorme importância, pois segundo Paulani e Braga (2007) *apud* Gonçalves (2015), com um crescimento econômico que não é bem distribuído, dado a alta concentração da renda, a maior parte da população não se beneficiará, por exemplo, caso ocorra uma elevação de renda na economia. Assim, o índice é capaz de observar as desigualdades de renda de uma sociedade, e como no exemplo acima “*é perfeitamente possível haver crescimento sem desenvolvimento*” (PAULANI; BRAGA, 2007, p.265 *apud* Gonçalves, 2015).

2.5 VULNERABILIDADE DE POBREZA

O conceito de vulnerabilidade à pobreza é constituído: a) pela probabilidade de experimentar uma perda futura relativa à alguma referência de bem-estar; b) uma família pode ter perdas futuras de bem-estar pela vulnerabilidade ocasionada por eventos incertos; c) o grau de vulnerabilidade depende das características do risco e da habilidade das famílias em responder ao risco; d) a vulnerabilidade e a resposta ao risco depende do horizonte de tempo; e) as famílias que estão abaixo e flutuando, logo a cima da linha da pobreza, tendem a ser mais vulneráveis por causa do acesso limitado a recursos, por causa de suas limitadas habilidades para responder aos riscos (GONÇALVES, 2015).

O índice de proporção de vulneráveis à pobreza é a proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais tendo como data base 08/2010, correspondendo a meio salário mínimo nessa data. Ademais, o universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes (PNUD, 2005).

Dada a pluralidade dos conceitos de pobreza e de vulnerabilidade à pobreza, não existe um consenso para a sua definição. Em um estudo sobre as diferentes abordagens econômicas para pobreza Amartya Sen (1981) e Sabina Alkira (2002) formaram um

conceito multidimensional para a pobreza, enquanto Alwang, Siegel e Jorgensen (2001) *apud* Gonçalves (2015) preferem relacionar o problema da vulnerabilidade dos indivíduos à dinâmica da pobreza:

A relação entre renda e capacidade seria acentuadamente afetada pela idade da pessoa (por exemplo, pelas necessidades específicas dos idosos e dos muito jovens), pelos papéis sexuais e sociais (por exemplo, as responsabilidades especiais da maternidade e também as obrigações familiares determinadas pelo costume), pela localização (por exemplo, propensão a inundações ou secas, ou insegurança e violência em alguns bairros pobres e muito populosos), pelas condições epidemiológicas (por exemplo, doenças endêmicas em uma região) e por outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle ou ter um controle apenas limitado (SEN, 2000, p.110).

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realização do presente trabalho é do tipo descritiva, em que é analisada as características de determinado fenômeno e/ou relação entre variáveis, por meio da utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados (GIL, 1991 *apud* SILVA, 2009).

Na construção do presente estudo trabalhou-se com os dados de proporção de vulnerabilidade de pobreza, Índice de Gini, renda *per capita* domiciliar e IDH-M e seus componentes: IDH-M educação, IDH-M longevidade, para o ano de 2010, do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Trata-se de um trabalho elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento); IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). Foram utilizados vários indicadores para que se pudesse criar uma caracterização mais multidimensional do desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul.

Depois de organizar os dados, iniciou-se as análises a partir da leitura dos dados e trabalhou-se, com o mapeamento dos mesmos índices e de seus componentes, para que fosse possível visualizar e analisar a sua distribuição espacial do comportamento espacial dos índices no Rio Grande do Sul.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, o estado tem 497 municípios, que são divididos em 7 mesorregiões: mesorregião do centro ocidental rio-grandense, centro oriental rio-grandense, metropolitana de Porto Alegre, nordeste rio-grandense, noroeste rio-grandense, sudeste rio-grandense e sudoeste rio-grandense.

Os dados analisados foram obtidos pelo Atlas do Desenvolvimento Humano (2013). O primeiro indicador a ser estudado é o de renda domiciliar *per capita*, para isso foi feito um ranking com os dez piores e os dez melhores indicadores para os anos de 2000 e 2010. Em sequência foi feito o mapeamento dos municípios graduado em cinco níveis para o índice.

Observar-se que houve uma mudança nas dez piores rendas *per capita*s municipais, com o município de São Pedro das Missões se destacando por apresentar o pior desempenho nesse indicador em 2000, com um valor de R\$150,04. Na pesquisa de 2010 a pior renda *per capita* foi de Benjamin Constant do Sul, que em 2000 tinha o nono pior indicador, com R\$ 336,44, havendo um crescimento considerável para o valor de R\$ 223,36. Já no que se trata das cidades com os melhores indicadores, Porto Alegre tem R\$1.399,50 em 2000, e passa para R\$1.758,27 em 2010. Isso configura um crescimento bruto maior do que o do pior município do Rio Grande do Sul, porém menor quando considerado sob uma ótica do crescimento percentual.

Quadro 1: Tabela de Ranking de Renda Domiciliar *per capita* para o ano 2000

Município	RDPC/00	Município	RDPC/00
SÃO PEDRO DAS MISSÕES	150.04	PORTO ALEGRE	1399.5
CRISTAL DO SUL	168.02	SELBACH	1164.7
REDENTORA	186.48	NOVA ARAÇÁ	1021.93
LAGOÃO	209.24	NOVA PÁDUA	1011.01
TUNAS	210.59	CAXIAS DO SUL	967.79
ESPERANÇA DO SUL	211.47	NOVA BRÉSCIA	962.07
NOVO TIRADENTES	215.15	FLORES DA CUNHA	919.61
PASSA SETE	215.71	BENTO GONÇALVES	918.21
BENJAMIN CONSTANT DO SUL	223.36	GARIBALDI	907.45
MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	225.01	WESTFALIA	892.3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

Quadro1: Tabela de Ranking de Renda Domiciliar *per capita* para o ano 2010

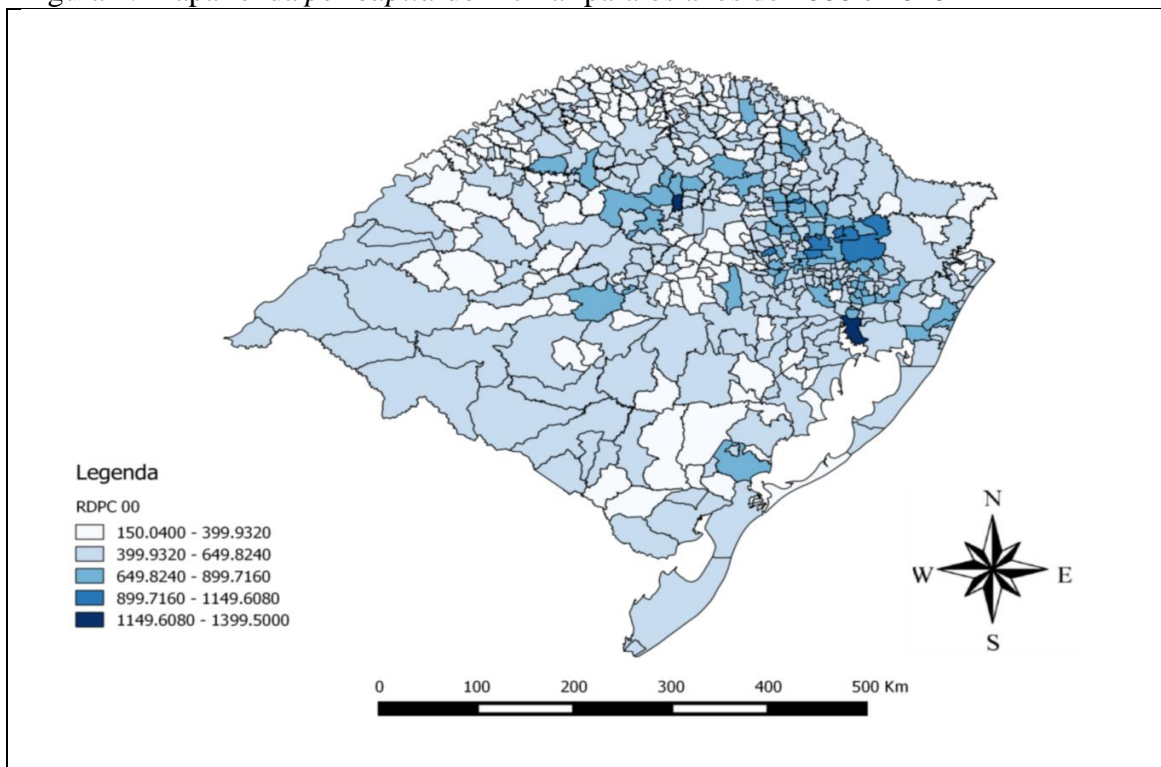
Município	RDPC/10	Município	RDPC/10
BENJAMIN CONSTANT DO SUL	336.44	PORTO ALEGRE	1758.27
LAJEADO DO BUGRE	343.1	TRÊS ARROIOS	1518.78
REDENTORA	346.4	ÁGUA SANTA	1491.17

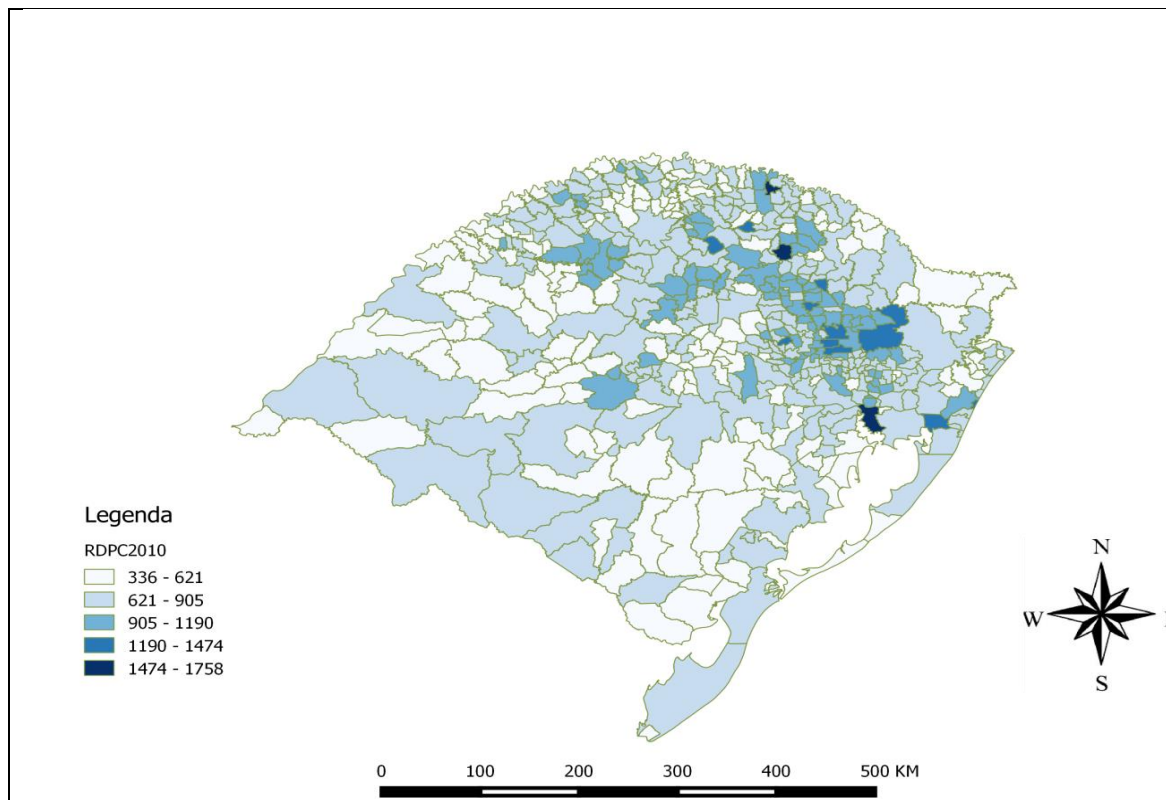
DEZESSEIS DE NOEMBRO	391.3	NOVA BRÉSCIA	1452.06
UNISTALDA	392.38	CARLOS BARBOSA	1446.56
JAQUIRANA	392.53	GUABIJU	1408.71
SANTANA DA BOA VISTA	404.01	IMBÉ	1359.66
DOM FELICIANO	409.72	GARIBALDI	1355.37
JARI	418.18	IPIRANGA DO SUL	1301.23
JABOTICABA	419.41	CAXIAS DO SUL	1253.93

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

São poucas as cidades que se repetem no ranking, dentre eles, Benjamin Constant do Sul em 2000 estava na nona colocação e em 2010 foi o último. Ainda no ranking dos piores indicadores, o município de Redentora em 2000 era o terceiro e se manteve na mesma posição em 2010. No ranking das dez maiores renda *per capita*, Porto Alegre foi o primeiro colocado tanto em 2000 quanto em 2010. Também se manteve entre os melhores desempenhos nesse quesito, os municípios de Garibaldi e Caxias do Sul.

Figura 1: Mapa renda *per capita* domiciliar para os anos de 2000 e 2010





Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria.

O mapa facilita a análise ao observar que houve um crescimento do número de municípios no pior nível de renda ao longo da década. Além disso, no ano de 2000 só haviam dois municípios na melhor graduação e cresceu para três municípios em 2010. E pode-se observar a existência da concentração territorial dos municípios de melhor renda.

O ranking da vulnerabilidade à pobreza corresponde fielmente à renda *per capita* domiciliar visto anteriormente; em que no ano de 2000 a pior renda foi São Pedro das Missões, correspondendo ao município com maior nível de vulnerabilidade. Identificase que tanto no ano de 2000 quanto no ano de 2010, o município de Carlos Barbosa apresenta o menor nível de vulnerabilidade à pobreza, sendo que no final da década essa vulnerabilidade declinou substancialmente.

Ao longo da década, o município de Redentora passa da terceira para a primeira colocação entre os maiores indicadores de vulnerabilidade à pobreza. É possível observar uma significativa relação entre o ranking dos mais vulneráveis e daqueles com menores níveis de renda *per capita*. Isso pode ser verificado em Benjamin Constant do Sul, que constitui a pior renda, ao passo que representa o terceiro maior indicador de vulnerabilidade para 2010. O município de Porto Alegre, com a maior renda em 2010, não se encontra no ranking dos dez menores índices de vulnerabilidade, dessa forma

percebesse que não se observa a mesma relação entre os municípios com maior renda *per capita*. Além disso, o município de Carlos Barbosa se mantém com o melhor desempenho, ao diminuir de 7,66 para 1,97.

Quadro 2: Tabela de Ranking de vulnerabilidade à pobreza para o ano 2000

Município	PPOB/00	Município	PPOB/00
CARLOS BARBOSA	7.66	SÃO PEDRO DAS MISSÕES	85.48
PICADA CAFÉ	9.98	DILERMANDO DE AGUIAR	83.73
NOVA PÁDUA	10.91	REDENTORA	81.14
DOIS IRMÃOS	11.4	BOA VISTA DO CADEADO	79.84
MORRO REUTER	11.87	CAPÃO DO CIPÓ	78.54
NOVA BASSANO	12.14	GRAMADO XAVIER	77.67
FLORES DA CUNHA	12.18	LAJEADO DO BUGRE	76.24
IMIGRANTE	12.79	CRISTAL DO SUL	75.98
GARIBALDI	13.31	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	73.16
IVOTI	13.58	PUTINGA	72.25

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

Quadro2: Tabela de Ranking de vulnerabilidade à pobreza para o ano 2010

Município	PPOB/ 10	Município	PPOB/ 10
CARLOS BARBOSA	1.97	REDENTORA	61.19
NOVA PÁDUA	2.5	LAJEADO DO BUGRE	54.25
SÃO VENDELINO	2.5	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	53.2
NOVA CANDELÁRIA	2.57	JARI	50.75
WESTFALIA	3.07	SANTANA DA BOA VISTA	49.62
UNIÃO DA SERRA	3.27	JABOTICABA	48.27
DOIS LAJEADOS	3.45	UNISTALDA	48.12
MONTAURI	3.89	JACUIZINHO	48.06
DOIS IRMÃOS	3.92	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	47.71
TEUTÔNIA	4.04	CAPÃO DO CIPÓ	47.14

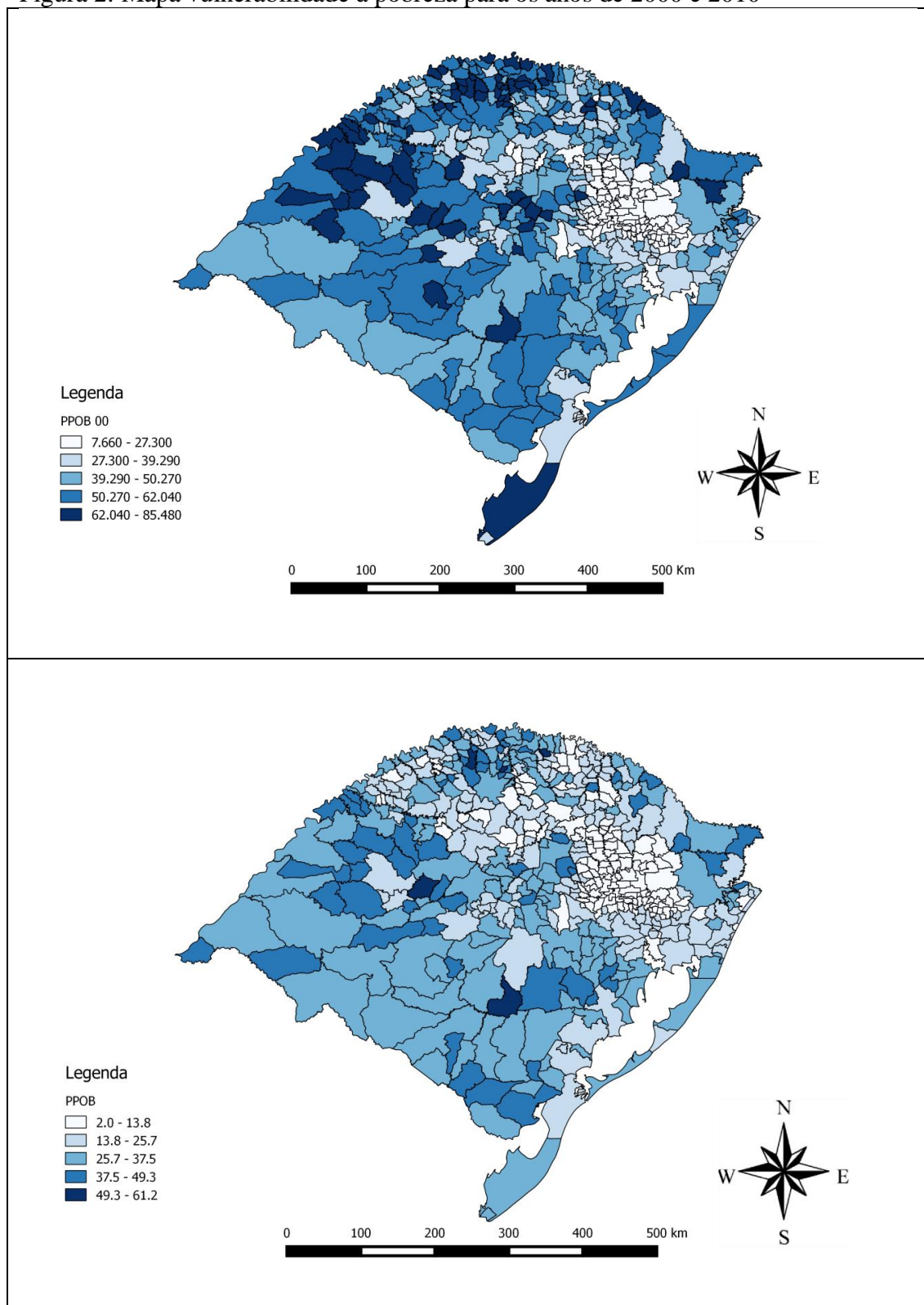
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

Um escrutínio acerca das dez maiores rendas em 2010, identifica que o município de Carlos Barbosa é a quinta maior renda, e integra os municípios com o menor indicador de vulnerabilidade. Não obstante, ao se observar o ranking das dez piores rendas *per capita*s domiciliares e das dez com maior vulnerabilidade, identifica-se que somente Jacuizinho e Capão do Cipó não figuram nos dois grupos. E os municípios que estão tanto na renda quanto na vulnerabilidade no ranking de 2010 são, consecutivamente, Redentora, Lajeado, Benjamin Constant do Sul, Jaricação, Santana da Boa vista; Jaboticaba, Unistalda e Dezesseis de Novembro.

Observando-se os mapas para os dois anos pode-se constatar uma diminuição da quantidade de municípios na maior gradação de vulnerabilidade, e um aumento no

número de municípios do menor extrato; ou seja, ocorreu uma diminuição na quantidade de municípios vulneráveis à pobreza, demonstrando uma das melhores dos indicadores em todas as gradações.

Figura 2: Mapa vulnerabilidade à pobreza para os anos de 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

Ao avaliar os resultados para o IDHM é possível observar nas tabelas que houve uma melhora nos níveis de desenvolvimento humano, mas nos mapas de 2010 apenas Porto Alegre se situa no melhor nível. Porém, em 2000 todos os dez melhores no ranking estão no melhor gradiente. Já no pior ranking de 2000 todos os dez municípios estão no pior gradiente, enquanto em 2010 somente Dom Feliciano.

Quadro 3: Tabela de Ranking do IDHM para o ano 2000

Município	IDHM/00	Município	IDHM/00
HERVEIRAS	0.441	PORTO ALEGRE	0.744
BENJAMIN CONSTANT DO SUL	0.45	SELBACH	0.741
GRAMADO XAVIER	0.46	NOVA ARAÇÁ	0.732
MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	0.462	HORIZONTALINA	0.725
REDENTORA	0.464	CARLOS BARBOSA	0.724
JACUIZINHO	0.466	LAJEADO	0.715
DOM FELICIANO	0.47	SANTA MARIA	0.715
JAQUIRANA	0.47	BENTO GONÇALVES	0.712
SÃO PEDRO DAS MISSÕES	0.471	GARIBALDI	0.712
LAGOÃO	0.476	CAXIAS DO SUL	0.705

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

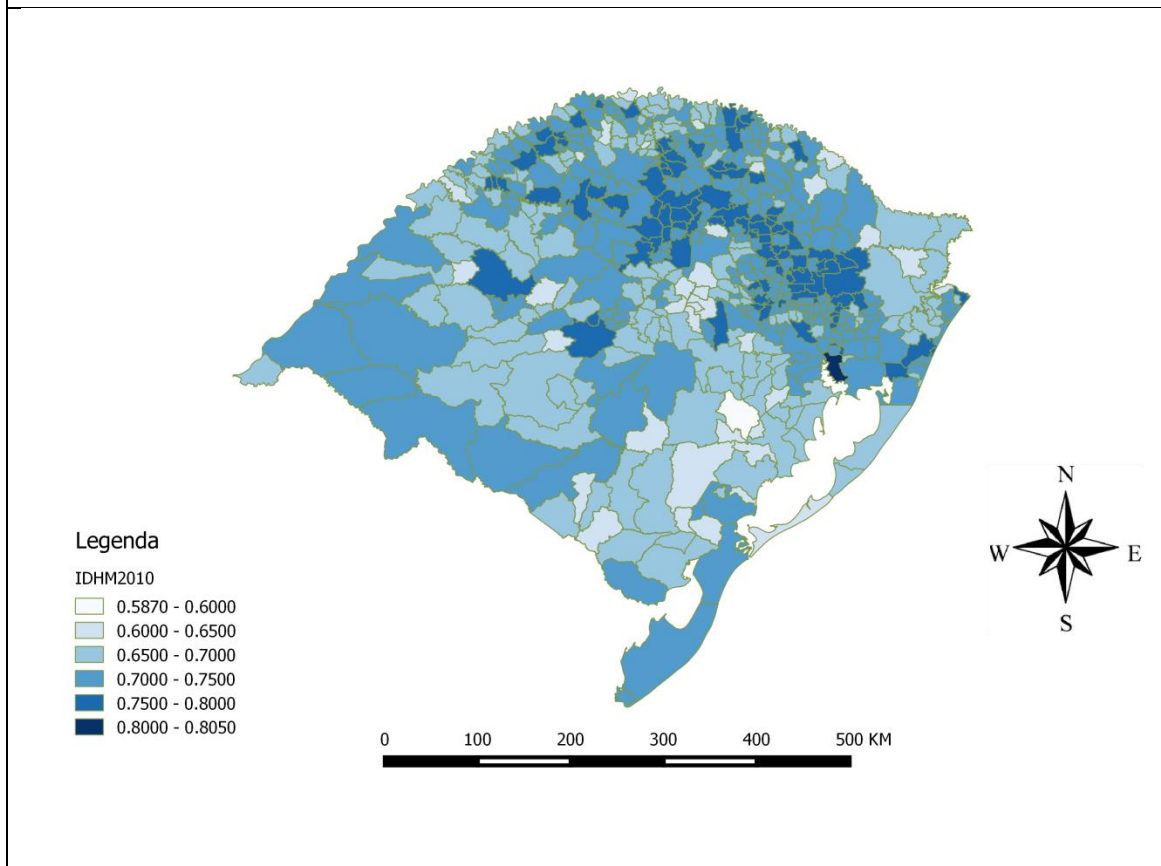
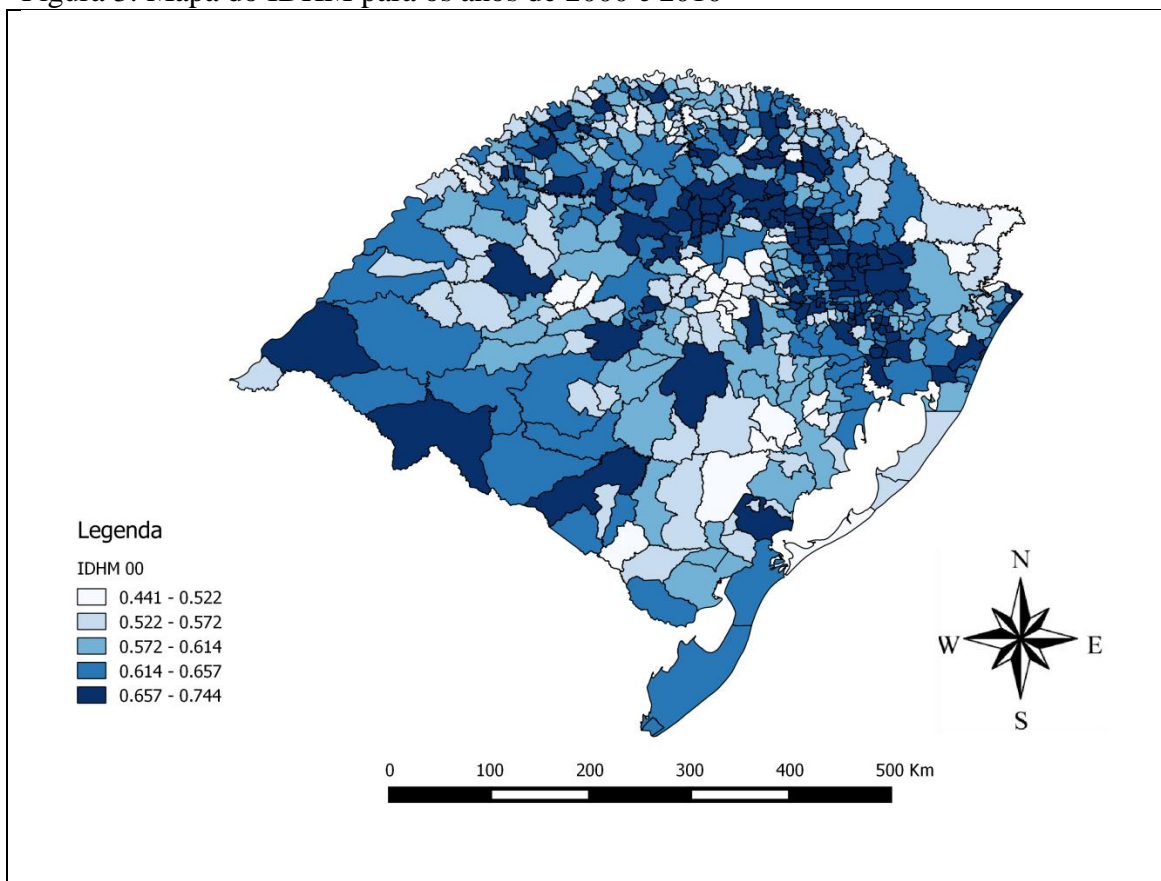
Quadro 3: Tabela de Ranking do IDHM para o ano 2010

Município	IDHM	Município	IDHM
DOM FELICIANO	0.587	PORTO ALEGRE	0.805
BARÃO DO TRIUNFO	0.61	CARLOS BARBOSA	0.796
LAJEADO DO BUGRE	0.613	IPIRANGA DO SUL	0.791
JAQUIRANA	0.614	TRÊS ARROIOS	0.791
CHUVISCA	0.616	LAGOA DOS TRÊS CANTOS	0.789
HERVEIRAS	0.616	GARIBALDI	0.786
BENJAMIN CONSTANT DO SUL	0.619	CASCA	0.785
CHARRUA	0.62	NOVA ARAÇÁ	0.785
PASSA SETE	0.622	IVOTI	0.784
SÃO JOSÉ DO NORTE	0.623	SANTA MARIA	0.784

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

Relacionando-se a renda ao IDHM no ano de 2010, no ranking dos dez melhores, pode-se encontrar quatro municípios: Porto Alegre, Ipiranga do Sul, Garibaldi e Três Arroios. E no ranking dos dez piores, quatro municípios se relacionam com os dois índices, a saber, Benjamin Constant do Sul, Dom Feliciano, Lajeado do Bugre e Jaquirana. Essa relação já era esperada, visto que o IDHM leva em consideração a renda para ser mensurado.

Figura 3: Mapa do IDHM para os anos de 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

O índice de Gini avalia o hiato de renda entre os indivíduos, ou seja, demonstra a desigualdade de renda. Porém, nenhum dos municípios se encontram relacionados entre o ranking do índice de Gini e da renda *per capita* municipal, tanto em 2000, quanto em 2010.

Quadro 4: Tabela de Ranking do índice de Gini para o ano 2000

Município	GINI/00	Município	GINI/00
ALTO FELIZ	0.3	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0.8
SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO	0.31	PINHAL	0.77
FAGUNDES VARELA	0.32	DILERMANDO DE AGUIAR	0.76
LINDOLFO COLLOR	0.33	GRAMADO XAVIER	0.74
NOVO XINGU	0.33	CAPÃO DO CIPÓ	0.73
LINHA NOVA	0.34	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	0.71
SANTA MARIA DO HERVAL	0.34	BOA VISTA DO CADEADO	0.7
VILA FLORES	0.34	SELBACH	0.69
FORQUETINHA	0.35	PUTINGA	0.68
PICADA CAFÉ	0.35	ENTRE RIOS DO SUL	0.67

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

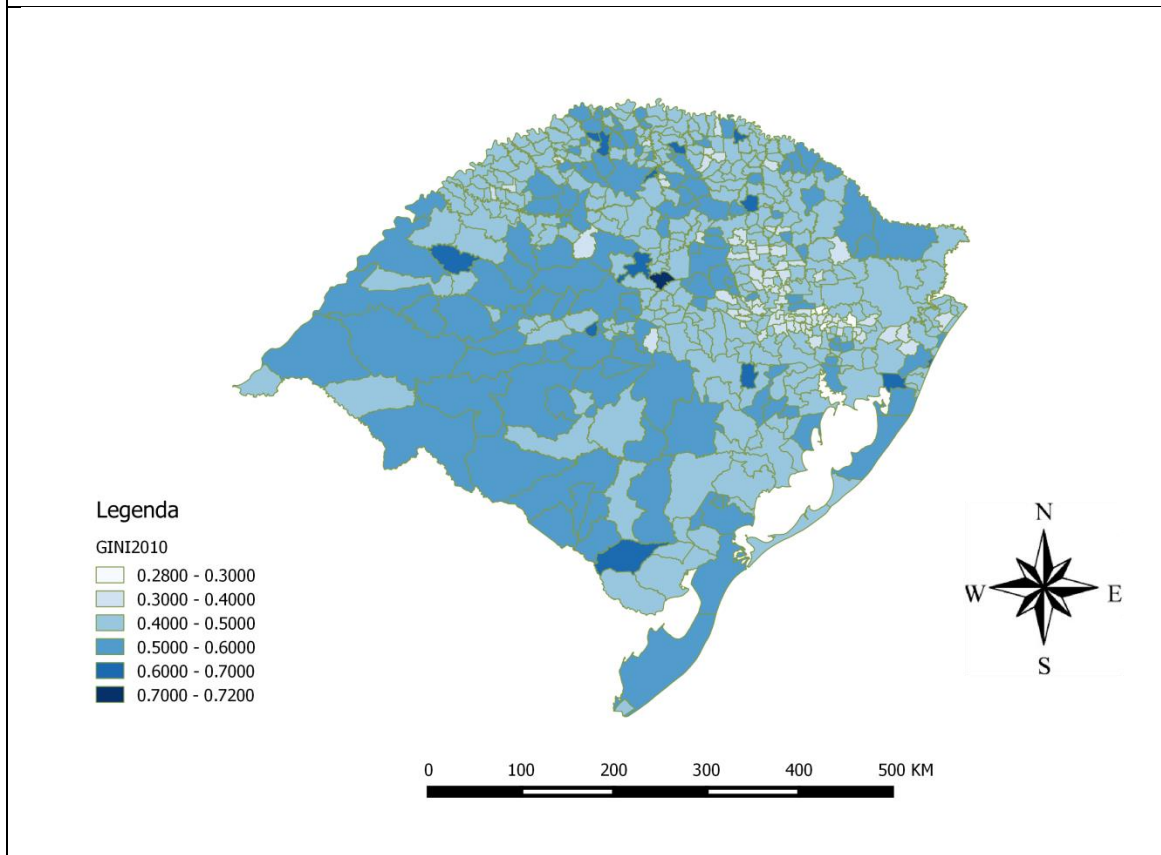
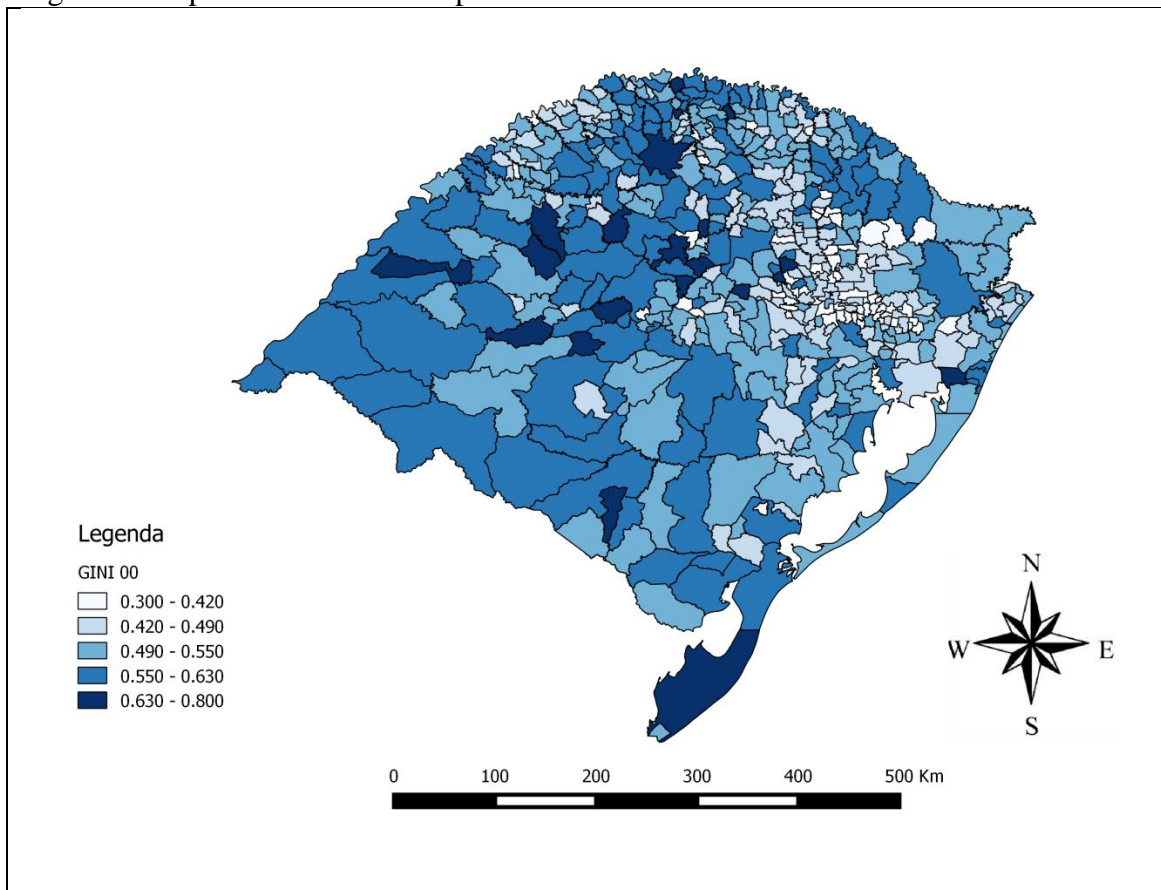
Quadro 4: Tabela de Ranking do índice de Gini para o ano 2010

Município	GINI/10	Município	GINI/10
SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO	0.28	JACUIZINHO	0.72
ALTO FELIZ	0.29	ÁGUA SANTA	0.68
SÃO VENDELINO	0.29	CAPIVARI DO SUL	0.68
VALE REAL	0.29	HERVAL	0.68
SANTA MARIA DO HERVAL	0.3	IMBÉ	0.68
CAMPESTRE DA SERRA	0.31	MIRAGUAÍ	0.66
TUPANDI	0.31	REDENTORA	0.64
MORRO REUTER	0.32	FORTALEZA DOS VALOS	0.62
NOVA PÁDUA	0.32	MINAS DO LEÃO	0.62
PICADA CAFÉ	0.32	NOVO BARREIRO	0.62

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

E ao analisar as tabelas é possível observar a queda nos indicadores e os mapas deixam claro que o índice de Gini melhorou para todos os municípios, visto que em 2000 todas as cidades com os maiores indicadores estavam no maior gradiente e em 2010 somente Jacuizinho com o maior indicador de desigualdade de renda se encontrava no maior gradiente.

Figura 4: Mapa do índice de Gini para os anos de 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

O IDH pela ótica do subíndice de escolaridade (IDHME) apresenta uma melhora ao longo da década para todos os municípios. E como feito anteriormente, foi comparado os dez melhores e dez piores para variável renda *per capita* domiciliar com o IDHME, identificando-se que nenhum dos municípios integram, simultaneamente, os dois rankings.

Quadro 5: Tabela de Ranking do IDHM - escolaridade para o ano 2000

Município	IDHM_E/00	Município	IDHM_E/00
HERVEIRAS	0.191	HORIZONTINA	0.645
CHUVISCA	0.218	CARLOS BARBOSA	0.612
JACUIZINHO	0.223	PORTO ALEGRE	0.612
GRAMADO XAVIER	0.224	SELBACH	0.611
DOM FELICIANO	0.225	VANINI	0.606
BENJAMIN CONSTANT DO SUL	0.229	NOVA ARAÇÁ	0.605
MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	0.237	SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO	0.605
CHARRUA	0.249	SÃO JOÃO DO POLÊSINE	0.593
BARÃO DO TRIUNFO	0.253	LAJEADO	0.592
PEDRAS ALTAS	0.256	SANTA MARIA	0.591

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

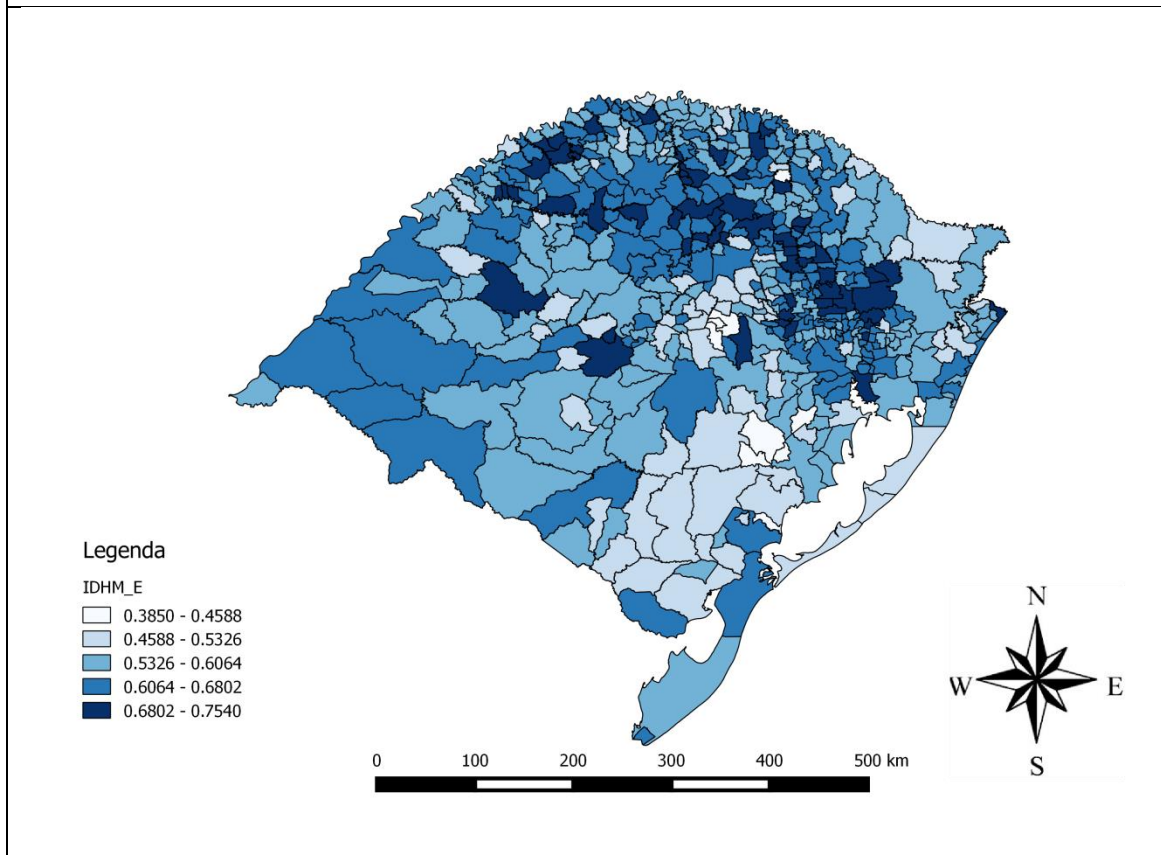
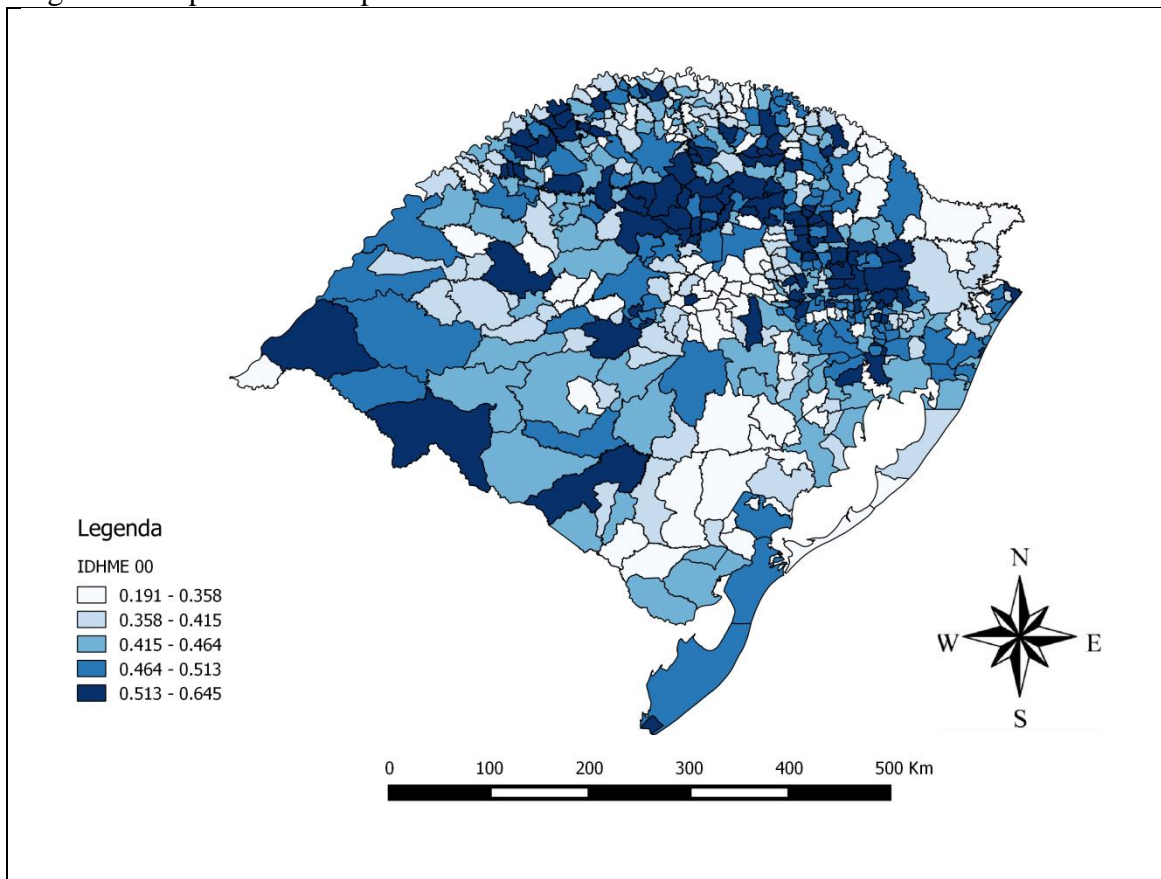
Quadro 5: Tabela de Ranking do IDHM - escolaridade para o ano 2010

Município	IDHM_E/10	Município	IDHM_E/10
CHARRUA	0.385	LAGOA DOS TRÊS CANTOS	0.754
DOM FELICIANO	0.390	CASCA	0.733
BARÃO DO TRIUNFO	0.428	IVOTI	0.729
CHUVISCA	0.437	CARLOS BARBOSA	0.724
VALE DO SOL	0.439	NOVA ARAÇÁ	0.722
HERVEIRAS	0.441	VICTOR GRAEFF	0.722
TURUÇU	0.446	ERECHIM	0.716
SINIMBU	0.456	HORIZONTINA	0.716
AMARAL FERRADOR	0.457	SANTA MARIA	0.715
ARROIO DO PADRE	0.461	BARRA FUNDA	0.710

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

Há uma nítida evolução nos indicadores visto no pior e melhor município para os anos de 2000 e 2010; exemplificado pelo fato de que em 2000 o pior município foi Herveiras com 0,191 e em 2010, o pior índice foi de Charrua com 0,385; praticamente duplicando o valor do indicador. E o melhor município de 2000 foi Horizontina com 0,645 e ao passar de dez anos, Lagoa dos Três Cantos tomou o posto de maior IDHME com 0,754.

Figura 5: Mapa do IDHM para a Escolaridade nos anos de 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

O IDH pela ótica do subíndice da longevidade (IDHML), apresenta uma melhora ao longo da década para todos os municípios. E como feito anteriormente, foi comparado os dez melhores e dez piores para variável renda *per capita* domiciliar com o IDHML, inferindo-se que nenhum dos municípios ocupam, simultaneamente, os dois rankings.

Quadro 6: Tabela de Ranking do IDHM - longevidade para o ano 2000

Município	IDHM_L/00	Município	IDHM_L/00
JAQUIRANA	0.693	CAMPESTRE DA SERRA	0.866
REDENTORA	0.693	BARRAÇÃO	0.862
HULHA NEGRA	0.698	IPIRANGA DO SUL	0.862
DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES	0.703	IBIAÇÁ	0.86
BARRA DO QUARAÍ	0.706	CHARRUA	0.858
CERRO GRANDE	0.706	ERVAL GRANDE	0.858
MANOEL VIANA	0.706	SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO	0.858
GRAMADO XAVIER	0.715	EUGÊNIO DE CASTRO	0.854
BARROS CASSAL	0.721	MATO QUEIMADO	0.853
AMETISTA DO SUL	0.723	RIOZINHO	0.853

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

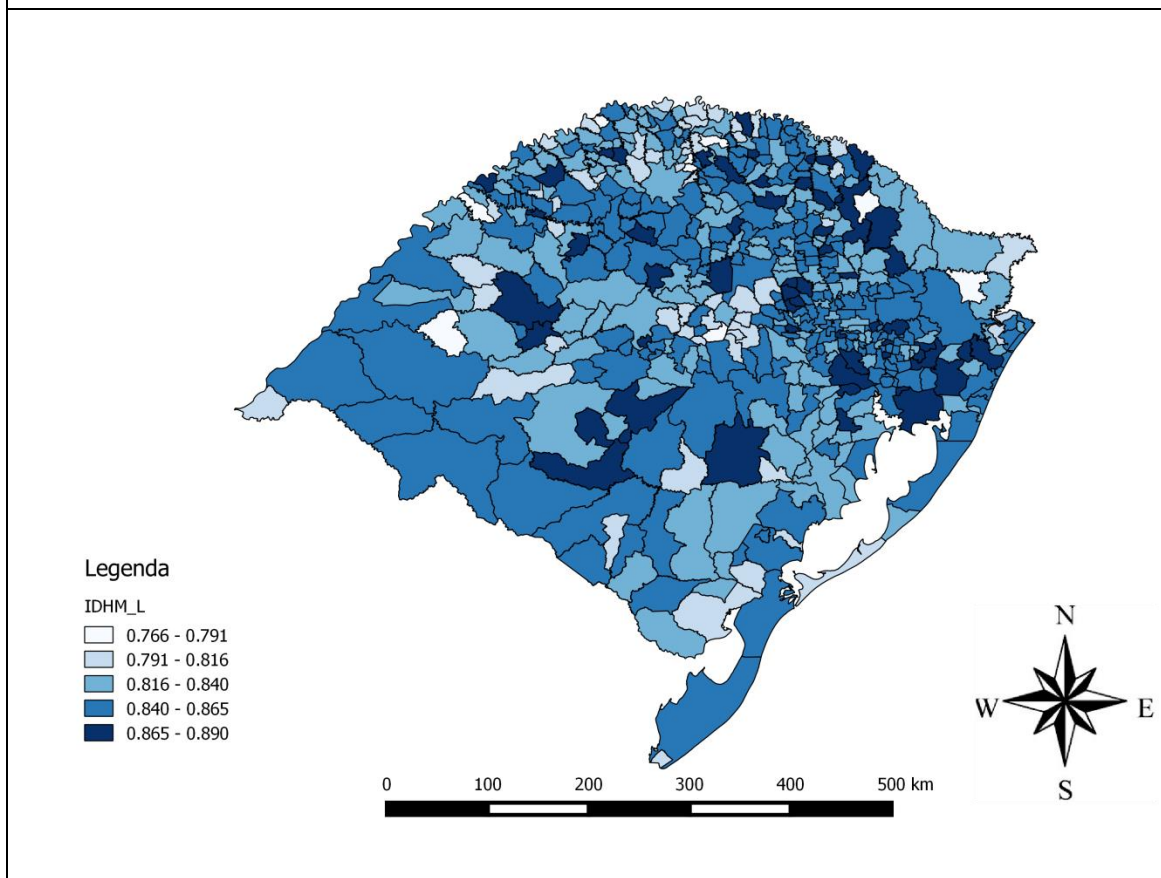
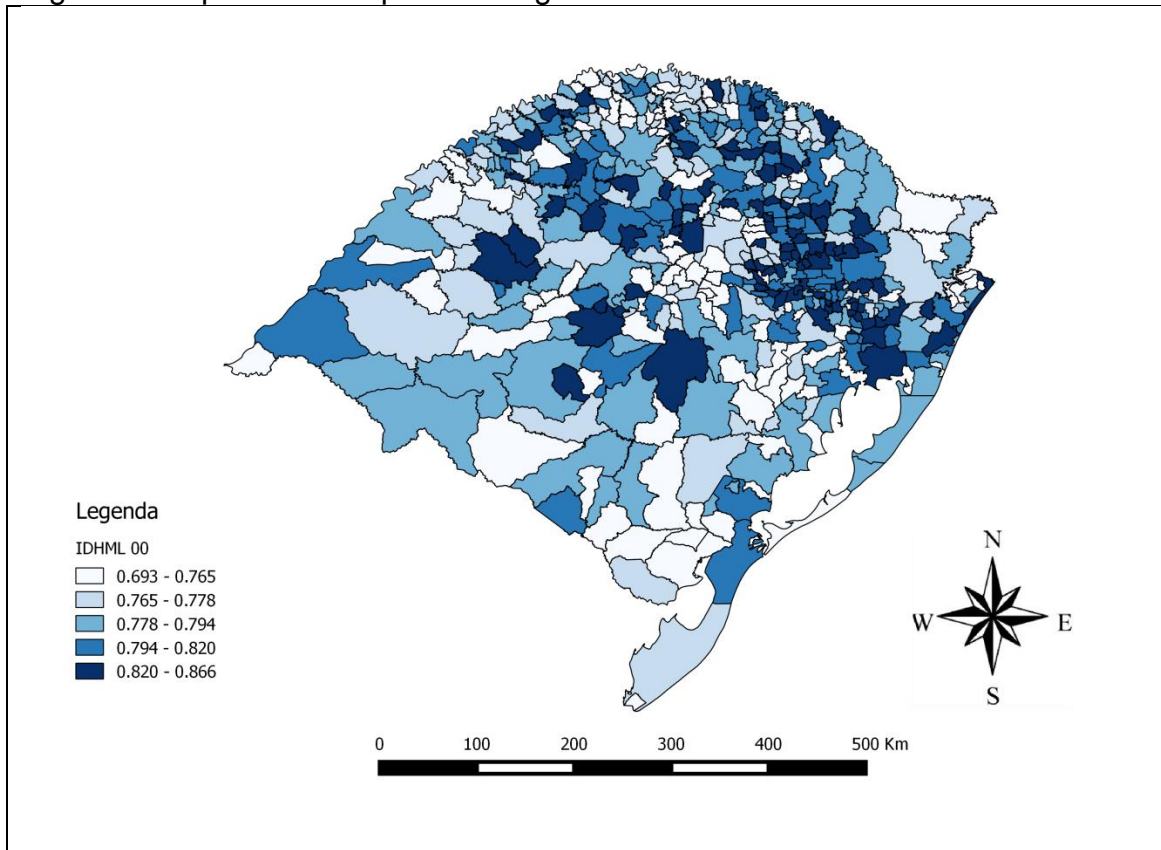
Quadro 6: Tabela de Ranking do IDHM - longevidade para o ano 2010

Município	IDHML/10	Município	IDHML/10
MANOEL VIANA	0.766	ALTO FELIZ	0.886
SÃO NICOLAU	0.778	CAMPESTRE DA SERRA	0.886
JAQUIRANA	0.779	CARLOS GOMES	0.886
CAPÃO BONITO DO SUL	0.779	COQUEIRO BAIXO	0.886
PASSA SETE	0.782	ERVAL GRANDE	0.885
SAGRADA FAMÍLIA	0.782	ESTÂNCIA VELHA	0.887
SÃO JOSÉ DAS MISSÕES	0.782	FORQUETINHA	0.886
TRINDADE DO SUL	0.787	IBIAÇÁ	0.888
ESPERANÇA DO SUL	0.788	IVORÁ	0.886
CHUÍ	0.792	PAROBÉ	0.886

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria.

Há uma evolução positiva no indicador referente ao pior município nos anos avaliados. Isso pode ser ilustrado com a melhora da situação apresentada pelo pior município rio grandense neste indicador no ano de 2000, a saber, Jaquirana com 0,693, em cotejo com o pior do ano de 2010, que foi Manoel Viana com 0,766. O contraste é identificado quando se realiza essa mesma análise para os municípios com o melhor desempenho neste indicador, uma vez que em 2000, Campestre da Serra ocupou este posto com 0,866, enquanto no ano de 2010, Alto Feliz tomou o posto de maior IDHML, porém, com uma situação menos favorável, dado o valor de 0,754.

Figura 6: Mapa do IDHM para a Longevidade nos anos de 2000 e 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Elaboração própria

E no mapa pode se ver uma diminuição referentes aos municípios com a gradação branca, que refletem o menor IDHML ao longo da década. E um aumento dos municípios com a gradação mais escura, a de maior IDHML, e no ranking de 2010 todos os dez municípios com os melhores indicadores estão dentro da maior faixa de gradação. Corroborando a inferência concernente aos municípios quanto à longevidade, considerada como uma *proxy* para o critério de saúde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho foi feito um esforço para definir os indicadores da renda *per capita* domiciliar, vulnerabilidade de pobreza, IDHM, Índice Gini, IDHM educação e IDHM longevidade. A partir dessa definição, realizou-se a consecução de mapas para uma melhor caracterização dos municípios do estado do Rio Grande do Sul. Pode-se observar que houve uma melhora em todos os indicadores ao longo de 2000 a 2010. A Capital se destacou como o município com os melhores indicadores em 2000, além de se manter nessa mesma posição em 2010 nos indicadores de renda *per capita* domiciliar e índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM).

O índice de vulnerabilidade à pobreza correspondeu ao ranking das menores rendas *per capita* domiciliares, em que no ano de 2000, a pior renda foi São Pedro das Missões, com o mesmo município se encontrando na pior situação em termos de vulnerabilidade. O Índice de Gini que indica o hiato da renda, demonstrou um fato interessante, pois nem as dez maiores e as dez menores rendas municipais, em ambos os anos analisados, não ocorreu a intercessão com os dez maiores e os dez menores indicadores do índice de Gini. Os subíndices do IDHM, para escolaridade e longevidade, cresceram ao longo da década. E ao fazer uma análise comparativa com a renda os dois índices também não tiveram intercessão com o ranking da renda. Portanto, foi possível definir que houve uma melhora qualitativa para qualidade de vida, bem-estar e desenvolvimento humano para todos os municípios do estado do Rio Grande do Sul.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

ALTAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em: <
www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf . 2013>. Acesso em: 10
abr.2016.

ALKIRE, Sabina. Dimensions of Human Development. Elsevier, v. 30, n.2, p.181-
205. 2002.

DA SILVA, Américo, Fonseca Da Silva, Jeniffer y Olivera, Carlos.
Desenvolvimento humano e econômico na fronteira Brasil/Paraguai e suas relações com
a violência urbana. V Jornadas de Jóvenes Investigadores. Instituto de Investigaciones
Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos
Aires, 2009.

GONÇALVES, S. L. Vulnerabilidade das famílias à pobreza: uma análise empírica
para seis regiões metropolitanas (2002 a 2011). 1. ed. Rio de Janeiro: Banco Nacional
de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), v. 01. p.226, 2015.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr2005-portuguese.pdf . 2005

SCHWARTZMAN, S. Educação e pobreza no Brasil. Cadernos ADENAUER (São
Paulo), v. 2, p. 9-38, 2006.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras: Prêmio
Nobel. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, 2000.

SEN, Amartya. Poverty and Famines. Na essay on entitlement and deprivation. Oxford
Univeristy. Press, 1981.